

## Toffoli comprova a Transparência Internacional

Pedido de investigação agrava o sintoma que busca atacar

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

Se alguém precisava de uma confirmação externa dos alertas que a Transparência Internacional fez quanto ao combate à corrupção no Brasil, o ministro Dias Toffoli entregou. A TI causou preocupação entre as autoridades brasileiras ao divulgar seu Índice de Percepção da Corrupção 2023, ranking mundial em que o Brasil caiu de posições, indo para a posição 124 de 180, empatado com Sérvia, Ucrânia e Arélia. Inicialmente, o então mi-

nistro da Justiça Flávio Dino criticou as "afirmações exóticas" do relatório. Agora, Dias Toffoli ordena a investigação da TI por acusações de que ela teria gerido dinheiro público de multas cobradas pelo Ministério Público. O relatório sobre o Brasil que acompanha o ranking (Índice de Percepção da Corrupção 2023) faz uma análise da piora de nosso país. Nele, sobram críticas não só ao Supremo, como também aos governos Bolsonaro e Lula. Bolsonaro é acusado de ter

solapado três pilares do combate à corrupção: nomeou um PGR submisso, comprou o centro com orçamento secreto e causou "redução drástica" da transparência e do acesso à informação. Lula é criticado também por sua nomeação de PGR e pela indicação de Zamin ao Supremo. Grande parte da piora, contudo, é atribuída ao Judiciário. Reconhecendo o papel que o Judiciário teve na defesa da de-

democracia, o relatório aponta que a hipotrofia de seus poderes facilita que sejam "utilizados para propósitos muito distantes da heroica resistência democrática: como nas decisões de Dias Toffoli de suspender as multas bilionárias de Novonor (ex-Odebrecht) e Jo-E; inclusive em meio a conflito de interesses. Teria sido essa crítica individualizada que motivou o pedido de investigação? Seja como for, tudo indica

que será uma investigação rápida. Os acordos da TI com o Ministério Público sempre vedaram qualquer repasse de recursos à instituição. Conforme atestado em nota do MPF em novembro de 2020, quando a acusação havia sido reproduzida pelo ministro Gilmar Mendes: "Ao contrário do afirmado pelo eminente ministro, a Transparência Internacional (TI) nunca geriu — não geriria e tampouco geriria — os R\$ 2,3 bilhões firmados no acordo de leniência [...]". E ainda: "[...] a Transparência Internacional não recebeu nenhum tipo de remuneração pela assistência prestada. Pelo contrário, [...] ficou estabelecida — bem como amplamente divulgada na imprensa — a proibição de qualquer transferência de recursos para que a instituição realizasse seu trabalho". Não há nada sólido na acusação. Há, isso sim, uma verdade dura e impossível de es-

gar: o petróleo aconteceu, e foi sob o governo do PT. Por mais que se requeiem teorias da conspiração — como Lula volta e meia faz — ou que o Judiciário anule cada condenação passada, os fatos continuarão conhecidos por todos, bem como a constatação de que as multas suspensas significam a devolução do dinheiro roubado para os ladrões.

A pesquisa da Transparência Internacional pode ser perfeitamente questionada. É, afinal, uma pesquisa sobre percepção de corrupção, e não de sua extensão real, difícil de medir. Já a perseguição pelo Judiciário, contudo, ao mesmo tempo em que os réus confessam o maior esquema de nossa história recebem seu dinheiro de volta, só terá um efeito: aumentar a nossa percepção da corrupção. O pedido de Toffoli agrava o sintoma que busca atacar. Depois não reclamem de novos quedas no índice.

JOEL PINHEIRO DA FONSECA | ELO GASPARI, CÉLIO ROCHA DE BARROS | ISEI, DEBORAH BIZARRI, CAMILA ROCHA | TER, JOEL PINHEIRO DA FONSECA | JOEL PINHEIRO DA FONSECA | JOEL PINHEIRO DA FONSECA | JOEL PINHEIRO DA FONSECA



Obras de reapecamento na rua da Consolação, na altura da avenida São Luís, no centro de São Paulo. Adriano Viani - 16 ago 2023/Photopress

## Asfalto vira bandeira de Nunes e entra na mira de adversários

Rivais focam transtornos causados por obras; gestão diz que as faz de madrugada para não interferir no tráfego

Artur Rodrigues

SÃO PAULO. O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), aposta suas fichas no maior programa de asfaltamento da história da cidade para se capitalizar eleitoralmente em 2024. Seus adversários, entretanto, atacam para transformar a principal vitrine do prefeito em sua grande vitrine. Os deputados federais Guilherme Boulos (PSOL) e Kim Katagiri (União Brasil) têm explorado os transtornos causados pelo excesso de obras, ao mesmo tempo, seus atrativos e falhas de qualidade. Uma parte desses assuntos surge após fiscalizações feitas pelo TCM (Tribunal de Contas do Município), o que tensiona a relação do prefeito com a corte. Atualmente há 245 trechos de vias em processo de reapecamento e 664

prontos na capital paulista. Até 2024, o governo prevê recuperar aproximadamente 22 milhões de metros quadrados de pavimentação. Apenas para este ano há mais de R\$ 1,6 bilhão previsto para a dotação de pavimentação e reapecamento de vias, de acordo com dados compilados no site da prefeitura. A bolada reservada para o asfalto foi explorada, por exemplo, pelo principal rival de Nunes, no final de ano passado, Guilherme Boulos foi ao extremo leste da capital visitar uma rua que não recebeu esse tipo de serviço. Como a Folha mostrou, bairros da periferia das zonas norte, leste e sul de São Paulo são os que têm as menores áreas reapecadas no programa da prefeitura. "O prefeito de São Paulo está dizendo que está fazendo o maior programa de reapecamento. Bom, está fazendo para inglês ver em avenida que já foi reapecada duas, três vezes neste ano", afirmou ele, mostrando o momento em que a Prefeitura de São Paulo gasta mais de um bilhão com asfalto e também o momento em que a nossa cidade bate recorde de reclamações por buracos nas ruas. Isso só comprova como o problema da nossa cidade não é falta de dinheiro, afinal, São Paulo nunca teve tanto dinheiro em caixa. O problema são os bilhões de reais mal utilizados", escreveu Tabata faz menção a dados que mostram que, com 3.224 registros de janeiro a agosto de 2023, São Paulo alcançou o recorde de demandas na categoria "buracos e pavimentação" para esse período desde 2017. Kim Katagiri, que não tem a candidatura garantida mas segue em ritmo de pré-campanha, também fustiga Nunes sobre o assunto nas redes. Em novembro, ele esteve na avenida Santo Amaro, na zona sul, e fez um vídeo com a obra atrasada ao fundo.

O prefeito de São Paulo está dizendo que está fazendo o maior programa de reapecamento. Bom, está fazendo para inglês ver em avenida que já foi reapecada duas, três vezes neste ano

Guilherme Boulos (PSOL) pré-candidato à Prefeitura de São Paulo

"A previsão de término dessa obra era para o mês passado e [está] um completo caos como vocês podem ver. Mais de duas vias interditadas, o trânsito simplesmente não tem como conviver, causando transtorno para a vida de milhões de paulistanos", afirmou ele. No caso da obra da Santo Amaro, o prazo foi prorrogado por 12 meses, por um valor 12% mais caro. A reportagem apurou junto a campanhas adversárias de Nunes que o incômodo causado pelo excesso de obras, com trânsito e barulho pela cidade, deve ser uma das principais munições contra o prefeito. Na avaliação das equipes, a concentração de obras às vésperas da eleição também demonstraria o caráter eleitoreiro das ações. No caso da campanha de Boulos, por exemplo, parte dos assuntos é divulgada pelo próprio deputado e outra, pelo perfil do "Movimento Save São Paulo", uma iniciativa articulada pelo PSOL e entidades que busca ouvir os cidadãos suas críticas e sugestões. Algumas delas, inclusive, acabam postando as críticas do paulista nas redes. Tabata também deve seguir explorando o tema, ao lado de outros assuntos vistos como prioritários na campanha, como a segurança. Muitas das críticas ganham lastro por se basearem em apurções do TCM, órgão com quem Nunes vive mo-

mentos de tensão ao longo de seu mandato. A Folha revelou, por exemplo, que a corte apontou irregularidades na execução dos serviços e na falta de fiscalização por parte da Prefeitura de São Paulo da operação tapa-buraco da capital. O órgão também já apontou problemas além do asfalto, como a explosão de obras emergenciais, que tiveram crescimento de 12,40% em cinco anos. Uma das auditorias do tribunal realizou diligência em 18 obras e constatou superfaturamento com prejuízos de R\$ 67 milhões ao erário e R\$ 39 milhões em serviços injustificados. Seja devido ao asfalto ou por outros temas fiscalizados, o TCM tem gerado irritação em Nunes. "O Tribunal de Contas deveria primeiro nos notificar do que informar para a imprensa, porque eu, por exemplo, não sei o que que eles estão notificando. Eu acho que está falando um comportamento mais ideal", afirmou o prefeito, em novembro passado, durante uma agenda. As sessões do TCM costumam ser transmitidas online e as fiscalizações são publicadas no próprio site do tribunal. As críticas recentes do prefeito aconteceram após tentativa de aproximação dos conselheiros, na ansia de inaugurar obras antes do período eleitoral e destruir fofocas ou evitar suspensão de editais. Em agosto do ano passado, o comandante chegou a antecipar à corte que os projetos são prioritários dessa administração. Procurada, a gestão Ricardo Nunes afirmou que não há investigação de superfaturamento em obras citadas e que todos os questionamentos do TCM são respondidos ao órgão dentro do prazo. A administração Nunes ainda afirmou que as contratações realizadas seguem a lei e que "em todos os casos são realizados estudos técnicos que comprovam a necessidade de intervenção". Questionada sobre as críticas aos transtornos causados pelas obras, a gestão afirmou que "os trabalhos ocorrem sempre no período noturno, entre 22h e 6h, para não interferir no tráfego de veículos e diminuir ao máximo o incômodo à população". A gestão também afirmou que a operação de tapa-buraco é fiscalizada por agências da prefeitura, empresas que fazem o controle tecnológico por amostragem e pelo sistema de gerenciamento de zeladoria. "Quando constatada alguma desconformidade, os serviços são refeitos sem pagamento por parte da Prefeitura e as empresas são glosadas", afirmou a administração.